

**RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2022****ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR
SECCIONAL DA CAGE JUNTO AO TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, nos manifestamos sobre a execução orçamentária e atos de gestão do Tribunal de Justiça Militar, no exercício de 2022.

O presente relatório tem como objetivos: (i) evidenciar as principais alocações de despesas na execução orçamentária; (ii) avaliar a gestão dos recursos, incluída a análise quanto à aplicação de recursos vinculados; (iii) avaliar a gestão dos principais programas de governo e os resultados alcançados; (iv) avaliar os controles administrativos, identificando eventuais riscos; (v) destacar as boas práticas administrativas e seus impactos no desempenho do órgão; (vi) destacar as inconformidades que podem ser capazes de, individual ou conjuntamente, comprometer os resultados, informando as eventuais providências adotadas, em andamento ou planejadas.

Os valores da despesa executada nos anos de 2021 e 2022, apresentados ao longo deste relatório, foram atualizados pelo IPCA/IBGE até 31 de dezembro de 2022.

1. PRINCIPAIS ALOCAÇÕES DE DESPESAS NA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Nesse tópico serão apresentadas as principais alocações de despesa na execução orçamentária do Tribunal de Justiça Militar. Os números serão demonstrados, inicialmente, por uma visão geral conforme o agrupamento em categorias econômicas e grupos de natureza da despesa.

Após a apresentação da despesa executada por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, a fim de destacar as escolhas alocativas promovidas pela gestão, propõe-se a evidenciação das principais despesas sem considerar o grupo “pessoal e encargos sociais”.

Divisão de Controle da Administração Direta – DCD

Avenida Mauá, 1155, sala 415-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5240

Com base nessa metodologia, os números serão apresentados em função de suas rubricas orçamentárias (desdobramento do elemento de despesa) e dos fatos contábeis, além de informações relacionadas à exigência de prestação de contas posterior; por fim, há a identificação da forma de contratação que originou os montantes de despesa executada (licitação, contratação direta ou nenhum procedimento).

1.1 – Execução da Despesa por Categoria Econômica e Grupo de Natureza da Despesa

No ano de 2022, o total da despesa empenhada pelo Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul foi de R\$ 54,75 milhões, o que representa acréscimo real de 1,07% comparativamente ao total de despesa executada no exercício anterior, R\$ 54,17 milhões. A distribuição segundo as respectivas categorias econômicas e grupos de natureza da despesa é evidenciada na tabela a seguir:

07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO							
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA							
Categoria	Ano	Grupo	2021*		2022*		
			Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais			54.170,99	100,00%	54.749,03	100,00%	1,07%
		Totais	53.586,04	98,92%	54.385,31	99,34%	1,49%
		01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	47.089,33	86,93%	40.828,98	74,57%	-13,29%
		02 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-
3 - DESPESA CORRENTE		03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.496,71	11,99%	13.556,33	24,76%	108,66%
		Totais	584,96	1,08%	363,72	0,66%	-37,82%
		04 - INVESTIMENTOS	584,96	1,08%	363,72	0,66%	-37,82%
		05 - INVERSOES FINANCEIRAS	-	0,00%	-	0,00%	-
4 - DESPESA DE CAPITAL		06 - AMORTIZACAO DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Com base nas informações da tabela acima, identifica-se que o grupo Pessoal e encargos Sociais teve a maior representatividade entre as despesas executadas pelo órgão, atingindo o montante de R\$ 40,29 milhões (74,57% do total), e houve redução de 13,29% em relação aos valores do exercício anterior nesse grupo de despesa.

A maior variação ficou por conta do grupo Outras despesas correntes, ao atingir R\$ 13,56 milhões empenhados, 108,66% superior à execução orçamentária do ano de 2021.

1.2 – Execução da Despesa – Principais Rubricas Orçamentárias (Desdobramento do Elemento)

As cinco rubricas orçamentárias com os maiores montantes em termos de valores empenhados no exercício de 2022 atingiram, somadas, o total de R\$ 10,80 milhões ou 77,59% da execução orçamentária desse conjunto de despesas, que são demonstradas na tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - TOP 5 RUBRICAS

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%
9326 - ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	3,37	0,05%	8.145,01	58,51%	241514,62%
4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	806,79	11,39%	1.124,82	8,08%	39,42%
0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	425,89	6,01%	655,74	4,71%	53,97%
4013 - COMUNICACAO DE DADOS	322,80	4,56%	456,12	3,28%	41,30%
3701 - LIMPEZA E HIGIENE	513,01	7,24%	418,87	3,01%	-18,35%
Outros	5.009,79	70,74%	3.119,49	22,41%	-37,73%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

A despesa com Encargos incidentes na conversão de vencimentos de URVs para Reais foi a que atingiu o maior valor empenhado, R\$ 8,15 milhões, que representou 58,51% do total, as despesas com Auxílio-Refeição - RPPS (R\$ 1,12 milhão), Auxílio Saúde a Ativos e Inativos (R\$ 655,74 mil), Comunicação de Dados (R\$ 456,12 mil) e Limpeza e Higiene (R\$ 418,87 mil) completam a lista das cinco rubricas com maiores montantes empenhados. As demais despesas do órgão, somadas, perfizeram R\$ 3,12 milhões, representando 22,41% do total executado nesse conjunto de despesas.

1.3 – Execução da Despesa – Principais Fatos Contábeis

As cinco maiores alocações de despesas segundo os respectivos fatos contábeis, as quais somadas atingiram R\$ 13,79 milhões, que representaram 99,10% do total, excluídas as despesas do grupo pessoal e encargos sociais, estão representadas na tabela abaixo.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - MAIORES 5 - FATOS CONTÁBEIS

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Fato Contábil	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%
Totais	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%
0061 - FOLHAS DE PESSOAL	3.512,82	49,60%	10.358,76	74,42%	194,88%
0147 - FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.154,06	30,42%	2.222,55	15,97%	3,18%
0040 - FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVICOS - NACIONAL	1.066,86	15,07%	869,52	6,25%	-18,50%
0046 - LOCACAO DE IMOVEIS	232,51	3,28%	270,33	1,94%	16,27%
0157 - DIARIAS VENCIDAS	6,78	0,10%	73,79	0,53%	988,76%
Outros	108,65	1,53%	125,09	0,90%	15,14%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Sob a ótica dos fatos contábeis, a tabela acima demonstrou que Folhas de Pessoal – aqui consideradas as despesas com auxílios que não compõem o grupo pessoal e encargos, tais como refeição e transporte – foi o fato contábil que atingiu o maior montante, R\$ 10,36 milhões (74,42% do total), seguido de Fornecedores de Bens e Serviços Contínuos (R\$ 2,22 milhões), Fornecimento de Bens e/ou Serviços - Nacional (R\$ 869,52 mil), Locação de Imóveis (R\$ 270,33 mil) e Diárias Vencidas (R\$ 73,79 mil). Os demais fatos contábeis, somados, perfizeram R\$ 125,09 mil, representando apenas 0,90% desse conjunto de despesas executadas.

1.4 – Execução da Despesa e a Prestação de Contas Posterior

Dos R\$ 13,92 milhões empenhados no ano de 2022, apenas R\$ 68,38 mil (0,49%) constituem despesas que demandam posterior prestação de contas acerca da aplicação dos recursos, conforme evidencia a tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO				
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - FATOS CONTÁBEIS E A EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS POSTERIOR				
Ano	2022*			
Exige prestação de contas	Empenhado	Análise Vertical (%)	Quantidade Processos	Análise Vertical (%)
Totais	13.920,05	100,00%	218	100,00%
SIM	68,38	0,49%	34	15,60%
NÃO	13.851,67	99,51%	184	84,40%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhares

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

No que se refere aos fatos contábeis que exigem posterior prestação de contas, ou seja, aqueles em que os recursos orçamentários são repassados anteriormente à execução do objeto, a tabela abaixo trata de destacar a ordem decrescente de valores empenhados no ano de 2022.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO						
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - FATOS CONTÁBEIS QUE EXIGEM PRESTAÇÃO DE CONTAS						
Ano	2021*			2022*		
Fato Contábil	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)	
Totais	17,21	100,00%	68,38	100,00%	297,33%	
0131 - DIARIAS	12,07	70,13%	53,32	77,97%	341,74%	
0060 - ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	5,14	29,87%	15,06	22,03%	193,03%	

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ milhares

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Extrai-se das informações acima que a prestação de contas posterior esteve presente em apenas duas modalidades, ficando por conta das Diárias os maiores valores empenhados (R\$ 12,07 mil), representando 77,97% entre as despesas que exigirão futura prestação de contas.

1.4.2 – Baixas de Prestações de Contas

A tabela abaixo, por sua vez, demonstra que houve, no ano de 2022, R\$ 62.41 mil em PCTs baixadas referentes a 30 processos, nos seguintes fatos contábeis.

ÓRGÃO - TRIBUNAL MILITAR
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FATOS CONTÁBEIS E A EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS POSTERIOR

Ano	2022*				
	Fato Contábil	Valor PCTs Baixadas	Análise Vertical (%)	Quantidade Processos	Análise Vertical (%)
	Totais	62,41	100,00%	30	100,00%
0131 - DIARIAS		51,15	81,96%	18	60,00%
0060 - ADIANTAMENTO DE NUMERARIO		11,26	18,04%	12	40,00%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares nominais

As baixas de prestação de contas costumam ser acompanhadas de pareceres, exarados pela Seccional da CAGE responsável pelo controle do órgão auditado. No ano de 2022 foram emitidos 12 pareceres de prestações de contas, relativos ao Tribunal de Justiça Militar.

1.5 – Execução da Despesa e as Formas de Contratação

A tabela abaixo destaca as formas de contratação relativas aos valores empenhados no exercício de 2022, incluídas as despesas com pessoal e encargos.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA E FORMA DE CONTRATAÇÃO

Ano	2021*		2022*			
	Formas de Contratação	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
	Totais	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%
Nenhum Procedimento		3.882,88	54,83%	10.826,97	77,78%	178,84%
Licitado		1.889,23	26,68%	1.518,38	10,91%	-19,63%
Dispensa		1.055,30	14,90%	1.429,12	10,27%	35,42%
Inexigibilidade		254,27	3,59%	145,58	1,05%	-42,75%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022.

Os empenhos originados de nenhum procedimento licitatório lideram com execução da ordem de R\$ 10,87 milhões, em função, preponderantemente, do órgão ter a maioria das despesas com pessoal e outras verbas indenizatórias de pessoal.

Na sequência, vêm as despesas realizadas por meio de procedimento licitatório. O total de recursos empenhados em licitações foi de R\$ 1,52 milhão, de modo que as contratações por dispensa de licitação ficaram com o terceiro maior valor (R\$ 1,43 milhão). Por fim, em menor grau, aparecem as despesas executadas por inexigibilidade de licitação (R\$ 145,58 mil).

Do total empenhado com origem em procedimento licitatório, houve a seguinte distribuição entre as modalidades de licitação, ficando o destaque por conta dos pregões eletrônicos, que lideraram os valores empenhados com montante na ordem de R\$ 1,25 milhão (ou 82,02% entre os itens licitados).

RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL – 2022 – TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - MODALIDADES DE LICITAÇÃO

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	1.889,23	100,00%	1.518,38	100,00%	-19,63%
Pregão eletrônico	1.292,61	68,42%	1.245,37	82,02%	-3,65%
Adesão Ata Registro de Preços	596,62	31,58%	267,21	17,60%	-55,21%
Pregão presencial	-	0,00%	5,81	0,38%	-

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Entre os motivos para dispensa de licitação, o destaque ficou por conta das impressões de diários oficiais, e formulários padronizados, com empenhos na faixa de R\$ 906,55 mil, 42,59% superior ao total de despesa executado no exercício anterior tendo essa justificativa para a dispensa da competição.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Motivações para Dispensa de Licitação					
Totais	1.055,30	100,00%	1.429,12	100,00%	35,42%
Impressão de diários oficiais, formulários padronizados	635,78	60,25%	906,55	63,43%	42,59%
Compra ou locação de imóvel	247,12	23,42%	313,25	21,92%	26,76%
Fornecimento de energia elétrica concessionário, permissionário ou autorizado	122,20	11,58%	167,39	11,71%	36,98%
Não acudiram interessados	-	0,00%	22,97	1,61%	-
Outros	50,19	4,76%	18,96	1,33%	-62,22%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Por derradeiro, o total de R\$ 145,58 mil foi empenhado via contratação direta por inexigibilidade de licitação, queda de 42,75% em relação ao executado por inexigibilidade, em 2021. As motivações são indicadas na tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Motivações para Inexigibilidade de Licitação					
Totais	254,27	100,00%	145,58	100,00%	-42,75%
Fornecimento por produtor, empresa ou representante exclusivo	53,00	20,84%	76,10	52,27%	43,58%
Contratação de serviços técnicos de natureza singular	173,88	68,38%	55,93	38,42%	-67,83%
Inviabilidade de competição	27,39	10,77%	13,55	9,31%	-50,54%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Sobre as contratações diretas efetuadas no exercício de 2022, seja por meio de dispensa ou inexigibilidade, cumpre ressaltar que houve análise destas por essa Seccional, na etapa do empenho da despesa, e não foram identificados óbices dotados de criticidade e relevância capazes de impedir o prosseguimento das contratações.

2. GESTÃO DOS RECURSOS

As principais fontes de recursos utilizadas para o total de R\$ 13,92 milhões empenhados (excluído o grupo das despesas com pessoal e encargos) pelo Tribunal de Justiça Militar no ano de 2022 são evidenciadas pela tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - TOP 5 RECURSOS UTILIZADOS

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%
2002 - TR REC VINC P/LEI-PJ	5.126,85	72,40%	13.920,05	100,00%	171,51%
0011 - RECURSOS DO TESOURO UTILIZADOS PELOS OUTROS PODERES	1.954,81	27,60%	-	0,00%	-100,00%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Vê-se que os recursos do tesouro, código 0011, que são de aplicação livre, não tiveram utilização no ano de 2022 nesse conjunto de despesas do TJM-RS, frente a R\$ 1,95 milhão utilizados em 2021.

Na sequência, aparece o recurso de natureza vinculada, do Tr Rec Vinc P/Lei - PJ - 2002 com R\$ 13,92 milhões empenhados. Essa fonte de recursos será objeto de análise quanto às despesas que financiaram no subtópico abaixo.

2.1 – Aplicação de Recursos de Natureza Vinculada

O presente item propõe-se a avaliar as despesas em que foram aplicados os principais recursos de natureza vinculada. Em relação ao TJM-RS, optou-se por evidenciar a aplicação de dois dos recursos vinculados que financiaram as despesas do referido órgão.

A próxima tabela demonstra as principais despesas financiadas com o recurso 2002 (Tr Rec Vin P/Lei-PJ).

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO DA DESPESA - ANÁLISE APLICAÇÃO RECURSO - 2002 - TR REC VINC P/LEI-PJ

Ano	2021*		2022*		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	4.613,84	100,00%	13.501,18	100,00%	192,62%
9326 - ENCARGOS INCIDENTES NA CONVERSAO DE VENCIMENTOS DE URVS PARA REAIS	3,37	0,07%	8.145,01	60,33%	241514,62%
4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	806,79	17,49%	1.124,82	8,33%	39,42%
0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	425,89	9,23%	655,74	4,86%	53,97%
4013 - COMUNICACAO DE DADOS	322,80	7,00%	456,12	3,38%	41,30%
3701 - LIMPEZA E HIGIENE	-	0,00%	-	0,00%	-
Outros	3.054,98	66,21%	3.119,49	23,11%	2,11%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022

Com base nas informações da tabela acima e, à vista da legislação que rege a aplicação dos recursos sob análise, não foram identificados desvios de finalidade na aplicação desse recurso.

3. GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução das despesas no âmbito do TJM-RS, sob a perspectiva dos programas de governo desenvolvidos, é apresentada na próxima tabela. Destaque para os cinco projetos/atividades com os maiores valores empenhados, que somados atingiram o montante de R\$ 13,91 milhões ou 99,96% dos empenhos da Pasta.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO						
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS						
Ano	2021*			2022*		
Projeto	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)	
Totais	7.081,67	100,00%	13.920,05	100,00%	96,56%	
6532 - INDENIZACOES, REEMBOLSOS E RESTITUICOES - TJM	2.096,61	29,61%	8.376,33	60,17%	299,52%	
6219 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	2.090,69	29,52%	2.170,31	15,59%	3,81%	
8471 - PAGAMENTO DE AUXILIOS A PESSOAL ATIVO - TJM	1.416,21	20,00%	1.982,43	14,24%	39,98%	
3902 - GESTAO E APRIMORAMENTO DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO (TIC) - JME	-	0,00%	1.346,93	9,68%	-	
6767 - TREINAMENTO CONTINUADO DE PESSOAL	149,91	2,12%	38,62	0,28%	-74,24%	
Outros	1.328,25	18,76%	5,42	0,04%	-99,59%	

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE até 31/12/2022.

Com base nos dados acima, tem-se que, o projeto Indenizações, Reembolsos e Restituições - TJM ocupa a primeira colocação, com valores executados de R\$ 8,38 milhões, em seguida aparecem o projeto de Manutenção das Atividades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça Militar (R\$ 2,17 milhões) e Pagamento de Auxílios a Pessoal Ativo - TJM (R\$ 1,98 milhão), fecham a lista dos cinco projetos com maiores valores de despesa executada Gestão e Aprimoramento de TIC – JME e Treinamento Continuoado de Pessoal, com empenhos no montante de R\$ 1,35 milhão e 38,62 mil, respectivamente.

4. INCONFORMIDADES

No exercício em exame não foram identificadas inconformidades passíveis de relatório.

Porto Alegre, 25 de abril de 2023.

Equipe:

Clóvis Cassiano Urnau,
Técnico Tributário
ID: 2868890/01

Fábio Leandro Sartori Dutra,
Auditor do Estado
ID: 4431227/01

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

PARECER DE AUDITORIA CAGE/DCD Nº 14/2023
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2022
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 56.703, de 28 de outubro de 2022, disciplinado pela Instrução Normativa CAGE nº 6, de 31 de outubro de 2022, examinamos os documentos constantes no sistema e-TCERS (Protocolo nº 532404) relativos às Contas Ordinárias de Fabio Duarte Fernandes, Ordenador Primário das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, de 1º de janeiro a 06 de fevereiro de 2022 e Amilcar Fagundes de Freitas Macedo, Ordenador primário das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul de 7 de fevereiro a 31 de dezembro de 2022.

Nossos exames incluíram: (a) o acompanhamento da execução orçamentária da despesa durante o exercício; (b) a verificação prévia, concomitante e subsequente dos atos da execução orçamentária e extraorçamentária; (c) o controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes, convênios e contratos; (d) o confronto das prestações de contas com os documentos comprobatórios; e (e) as auditorias realizadas.

Em nossa opinião, as Contas Ordinárias do Administrador representam adequadamente a execução orçamentária e o resultado das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Porto Alegre, 25 de abril de 2023.

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

Divisão de Controle da Administração Direta – DCD

Avenida Mauá, 1155, sala 415-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5240